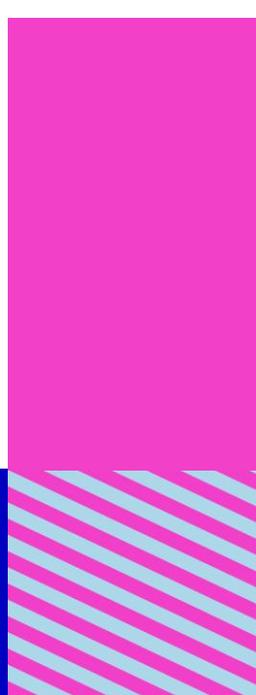




**Ventos de São Vicente Participações
Energias Renováveis S.A.**

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e
relatório dos auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

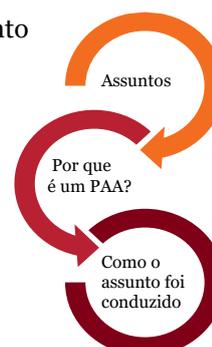
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. e da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Reconhecimento da receita e mensuração da provisão de ressarcimento decorrente e do contrato de leilão de energia - LER e LEN</p> <p>Conforme descrito nas Notas 15 e 18 a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Leilão de Energia de reserva ("LER") e Contrato de Leilão de Energia Nova ("LEN"). As controladas comprometem-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), bem como ressarcir anualmente e quadrienalmente a CCEE caso a energia entregue seja menor à energia contratada.</p> <p>Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, refere-se ao reconhecimento de receita no período de competência correto, bem como utilização de premissas críticas para estimar essas receitas, e conseqüentemente a provisão para ressarcimento decorrente dos contratos de leilão, na medida em que envolve: (a) determinar os volumes de energia entregue versus a energia contratada e (b) atribuir valor da provisão de ressarcimento da energia não entregue anualmente e quadrienalmente conforme estipulado em contrato.</p> <p>Pelo exposto acima, consideramos esta área como foco em nossa auditoria</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros, o entendimento e teste dos controles relevantes do processo de reconhecimento da receita, bem como do processo de mensuração da provisão de ressarcimento decorrente dos contratos LER e LEN.</p> <p>Também realizamos: (i) reconciliação da receita anual gerada pela Companhia, conforme indicado nos controles internos, com as informações da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos da Companhia contidas nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; (ii) confronto dos preços de venda praticados pela Companhia com os preços disponibilizados nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; (iii) comparação das receitas entregues pela Companhia com os montantes de receita contratada; e (iv) revisão do cálculo da provisão de ressarcimento considerando as receitas geradas, os critérios adotados pela administração e as premissas previstos no contrato.</p> <p>Nossos procedimentos revelaram que as premissas para o ressarcimento da receita e mensuração do valor da provisão de ressarcimento da energia adotadas pela Companhia são razoáveis no contexto de relevância das Demonstrações financeiras.</p>

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários



Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.⁴

São Paulo, 29 de março de 2021

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2



Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balço patrimonial	5
Demonstraço do resultado do exercíco.....	6
Demonstraço do resultado abrangente do exercíco	7
Demonstraço das mutaçoões do patrimônio líquido	8
Demonstraço dos fluxos de caixa	9

Notas explicativas da Administração às demonstraçoões financeiras individuais e consolidadas

1	Consideraçoões gerais	10
1.1	Principais eventos ocorridos durante o exercíco de 2020.....	11
2	Apresentaço das demonstraçoões financeiras e resumo das prácticas contábeis	12
2.1	Base de apresentaço	12
2.2	Consolidaço	13
2.3	Moeda funcional e de apresentaço das demonstraçoões financeiras	14
3	Novas normas, alteraçoões e interpretaçoões de normas emitidas pelo CPC e IASB	14
3.1	Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia	14
3.2	Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia	14
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	15
5	Gestáo de risco financeiro	15
5.1	Fatores de risco financeiro	15
5.2	Estimativa do valor justo	17
5.3	Demonstrativo da análise de sensibilidade	18
6	Instrumentos financeiros por categoria	19
7	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	20
8	Caixa e equivalentes de caixa e conta reserva	20
8.1	Fundo de liquidez – Conta reserva	20
9	Contas a receber de clientes	21
10	Partes relacionadas	22
11	Investimentos	24
12	Imobilizado	25
13	Intangível.....	27
14	Empréstimos e financiamentos	27
15	Provisáo de ressarcimento	29
16	Provisóes	30
17	Patrimônio líquido	31
18	Receita	32
19	Abertura do resultado por natureza	33
20	Resultado financeiro líquido.....	34
21	Imposto de renda e contribuiço social	34
22	Seguros (não auditado)	34

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.761	6.154	91.961	50.782					
Contas a receber de clientes	9			34.608	37.313					
Tributos a recuperar		105	86	218	489					
Dividendos a receber	10	7.059	14.092							
Partes relacionadas	10	3.562		4.191	602					
		<u>12.487</u>	<u>20.332</u>	<u>130.978</u>	<u>89.186</u>					
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Fundo de liquidez - conta reserva	8.1			29.677	37.123					
Partes relacionadas	10	11.399		11.399						
Outros ativos				340	338					
		<u>11.399</u>		<u>41.416</u>	<u>37.461</u>					
Investimentos	11	448.408	425.744							
Imobilizado	12			1.053.445	1.109.579					
Intangível	13			38.647	39.944					
		<u>448.408</u>	<u>425.744</u>	<u>1.092.092</u>	<u>1.149.523</u>					
Total do ativo		<u>472.294</u>	<u>446.076</u>	<u>1.264.486</u>	<u>1.276.170</u>					
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	14	3.105	2.937	58.096	58.200					
Fornecedores			20	3.413	4.134					
Tributos a recolher		1	1	2.420	2.692					
Partes relacionadas	10	5		62	913					
Provisão de ressarcimento	15			409	310					
Provisões	16			6.052	6.052					
Dividendos a pagar	10	16.682	13.442	16.682	13.442					
Outros passivos				133	250					
		<u>19.793</u>	<u>16.400</u>	<u>87.267</u>	<u>85.993</u>					
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	14	113.429	108.290	774.769	821.817					
Tributos a recolher				6.398	6.398					
Partes relacionadas	10	16.970		16.970						
Provisão de ressarcimento	15			28.846	14.443					
Provisões	16			28.134	26.133					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	654		654						
		<u>131.053</u>	<u>108.290</u>	<u>855.771</u>	<u>868.791</u>					
Total do passivo		<u>150.846</u>	<u>124.690</u>	<u>943.038</u>	<u>954.784</u>					
Patrimônio líquido	17									
Capital social		278.467	278.467	278.467	278.467					
Reserva legal		4.772	3.799	4.772	3.799					
Reserva de lucros		38.209	39.120	38.209	39.120					
		<u>321.448</u>	<u>321.386</u>	<u>321.448</u>	<u>321.386</u>					
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>472.294</u>	<u>446.076</u>	<u>1.264.486</u>	<u>1.276.170</u>					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida da venda de energia	18			188.811	178.697
Custo da geração de energia	19			(94.516)	(90.034)
Lucro bruto				94.295	88.663
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	19	(198)	(176)	(4.952)	(4.797)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas			(10)	216	490
		(198)	(186)	(4.736)	(4.307)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(198)	(186)	89.559	84.356
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	11	29.722	11.575		
		29.722	11.575		
Resultado financeiro líquido	20				
Receitas financeiras		3.223	78	5.336	4.375
Despesas financeiras		(12.630)	(10.372)	(68.116)	(80.013)
		(9.407)	(10.294)	(62.780)	(75.638)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		20.117	1.095	26.779	8.718
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	21			(6.662)	(7.623)
Diferidos		(654)		(654)	
Lucro líquido do exercício		19.463	1.095	19.463	1.095

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	19.464	1.095
Total do resultado abrangente do exercício	19.464	1.095

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Patrimônio líquido
	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2019		278.467	3.743	53.343		335.553
Lucro líquido do exercício					1.095	1.095
Total do resultado abrangente do exercício					1.095	1.095
Dividendos adicionais				(15.000)		(15.000)
Destinação do lucro do exercício						
Constituição de reserva legal			56		(56)	
Dividendos obrigatórios mínimos					(262)	(262)
Retenção de lucros				777	(777)	
Total de contribuições e distribuições aos acionistas			56	(14.223)		(14.167)
Em 31 de dezembro de 2019		278.467	3.799	39.120		321.386
Lucro líquido do exercício					19.464	19.464
Total do resultado abrangente do exercício					19.464	19.464
Dividendos adicionais	1.1 (a)			(14.779)		(14.779)
Destinação do lucro do exercício						
Constituição de reserva legal			973		(973)	
Dividendos obrigatórios mínimos	17 (c)				(4.622)	(4.622)
Retenção de lucros				13.869	(13.869)	
Total de contribuições e distribuições aos acionistas			973	(910)		63
Em 31 de dezembro de 2020		278.467	4.772	38.210		321.449

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Cont roladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		20.117	1.095	26.779	8.718
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação e amortização	19			58.467	58.315
Baixa de imobilizado	12 (a)			51	
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos	14 (c)	10.969	10.254	62.789	75.329
Apropriação dos custos de captações	14 (c)	301	58	1.647	1.372
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	16			2.001	1.899
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas		1.208			
Provisão de ressarcimento	15 (d)			14.502	14.753
Baixa de investimento	11		10		
Equivalência patrimonial	11	(29.722)	(11.575)		
		2.873	(158)	166.236	160.386
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes				2.705	2.957
Tributos a recuperar		(19)	(26)	271	(88)
Partes relacionadas		(15.943)		(14.988)	
Demais créditos e outros ativos			15	(2)	2.922
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		(20)	14	(721)	2.637
Tributos a recolher			(12)	(227)	(2.797)
Partes relacionadas		16.749		16.119	913
Demais obrigações e outros passivos				(117)	193
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		3.640	(167)	169.276	167.123
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	14 (c)	(5.964)	(5.878)	(58.095)	(69.076)
Imposto de renda e contribuição social pagos				(6.707)	(7.360)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(2.324)	(6.045)	104.474	90.687
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Investimentos em conta reserva				7.446	(2.312)
Aquisição de imobilizado	12 (a)			(1.087)	(3.185)
Aquisição de intangível	13 (a)				(91)
Dividendos recebidos		14.092	25.170		
Aumento de capital em investida	11		(600)		
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		14.092	24.570	6.359	(5.588)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de recursos	14 (c)			747	
Liquidação de empréstimos e financiamentos	14 (c)			(54.226)	(54.523)
Adições dos custos de captações	14 (c)			(14)	
Pagamento de dividendos	1.1 (a)	(16.161)	(17.520)	(16.161)	(17.520)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(16.161)	(17.520)	(69.654)	(72.043)
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		(4.393)	1.005	41.179	13.056
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.154	5.149	50.782	37.726
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.761	6.154	91.961	50.782

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Considerações gerais

A Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 22 de dezembro de 2011. A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

A Companhia é controlada direta da VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"), *joint venture* controlada em conjunto pela Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE") e *Canada Pension Plan Investment* ("CPP Investment").

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas na cidade de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí, as quais compõem o complexo eólico Ventos do Piauí I, com capacidade instalada total de 205,8 MW, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação.

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo:

Eólica	Central Geradora Eólio-elétrica (EOL)	Portaria MME
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 08	75/2016
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 09	76/2016
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 10	77/2016
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 11	78/2016
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 12	79/2016
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 13	80/2016
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 14	81/2016

Com as seguintes características:

Eólica	Capacidade instalada MW	Energia assegurada por MWH/ Ano	Início da concessão	Término da concessão
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A	29,4	131.400	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A	29,4	131.400	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A	29,4	134.904	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A	29,4	134.028	10/03/2016	10/03/2051

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR - Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Contratação Livre;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- LEN – Leilão de Energia Nova.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2020

(a) Dividendos pagos e deliberados

Em maio de 2020, a Companhia deliberou a distribuição de dividendos adicionais, no valor de R\$ 14.779, à conta de reserva de lucros, verificada no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2019.

Em janeiro e agosto de 2020, a Companhia pagou dividendos para sua controladora VTRM, no montante de R\$ 16.161, incluindo dividendos mínimos obrigatórios destacados em exercícios anteriores e parte dos dividendos adicionais destacados em maio de 2020.

(b) Alienação de participação nas investidas Ventos de São Adeodato e Ventos de Santa Albertina

A Companhia concretizou em 14 de agosto de 2020, após o cumprimento de condições precedentes previstas no contrato de venda de ações firmado em 19 de maio de 2019, junto à empresa Citrosuco S/A Agroindústria, a alienação da participação nas investidas Ventos de São Adeodato e Ventos de Santa Albertina, nos percentuais de 22,64% e 15,04% respectivamente, pelo valor total de R\$19.666.

Em 14 de agosto de 2020, foi firmado um acordo de acionistas, que prevê entre outras questões (i) que os riscos e benefícios (acesso aos retornos) sobre os investimentos serão assumidos integralmente pela Companhia, e (ii) uma opção de compra dessas ações outorgada pela contraparte para a Companhia e uma opção de venda dessas ações outorgada para a contraparte após o período de 5 anos, ou a qualquer tempo, mesmo antes do término do período de 5 (cinco) anos nas hipóteses indicadas no Acordo de Acionistas, pelo mesmo valor da alienação. Como a Companhia possui no momento corrente acesso integral aos retornos dessas investidas, a proporção alocada aos seus investimentos foi determinada levando em consideração tal fato.

Portanto, as demonstrações financeiras consolidadas contemplam os saldos integrais dessas investidas, bem como o saldo remanescente a receber em razão da alienação das ações, no montante de R\$ 15.732, que será recebido em 4 parcelas anuais a partir de janeiro de 2021, e o saldo a pagar pela opção de compra futura, no montante de R\$ 19.666, que será liquidado em parcela única. Ambos os saldos estão registrados à valor presente e foram calculados por uma taxa de desconto livre de risco baseada na inflação do país, projetada para o período.

(c) Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia e suas controladas informam que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio.

O Comitê de Crise da controladora em conjunto VGE está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. A Companhia está avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios.

Neste cenário, a Companhia e suas controladas avaliaram as seguintes estimativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

(i) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos do COVID-19

A Companhia e suas controladas avaliaram a posição do seu contas a receber em 31 de dezembro de 2020 e não identificaram créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Companhia e de suas controladas, e na avaliação da situação financeira dos credores.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia e suas controladas avaliaram os indicadores de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluíram que não há indicadores de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.

(iii) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores

A Companhia e suas controladas avaliaram seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluíram que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos.

(iv) Cumprimento de obrigações em contratos de dívidas – *covenants*.

A Companhia e suas controladas avaliaram os *covenants* contidos em seus contratos de dívidas em 31 de dezembro de 2020 e concluíram que a pandemia não impactou o atendimento das obrigações acordadas nos contratos de empréstimos e financiamento.

Por fim, até o presente momento, a Companhia e suas controladas não tiveram impactos materiais em suas operações por conta da COVID-19. Entretanto, considerando que a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos operacionais decorrentes de eventuais restrições legais que possam ser impostas como decorrência da COVID-19, não é possível assegurar que não serão impactadas em suas operações ou se seus resultados serão afetados por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2020, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”)) e interpretações “IFRIC”, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As

áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 26 de março de 2021.

2.2 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As principais empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas Nota 2.2 (c).

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Operação em conjunto (*joint operation*)

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. As controladas da Companhia possuem participação e controlam em conjunto a empresa Consórcio Ventos do Piauí (“Consórcio”).

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão e a rede média tensão, entre outros, que deverão servir a todas as Consorciadas.

(c) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	2020		2019		Localização	Atividade principal
	Percentual do capital total	Percentual do capital votante	Percentual do capital total	Percentual do capital votante		
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A. (i)	84,96%	84,96%	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	100,00%	100%	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	100,00%	100%	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	100,00%	100%	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A. (i)	77,36%	77,36%	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	100,00%	100%	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.	100,00%	100%	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Consórcio Ventos do Piauí	100,00%	100%	100%	100%	Piauí - Brasil	Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns

(i) Para fins de consolidação são considerados os percentuais de 100% de participação societária, conforme Nota 1.1 (b).

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas é o Real (“R\$”).

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB**3.1 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia**

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- (i) Definição de material: alterações ao IAS 1 / CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e IAS 8 / CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”;
- (ii) Definição de negócio: alterações ao IFRS 3 / CPC 15 “Combinação de Negócios”;
- (iii) Reforma da *Interbank offered rates* (IBORs): alterações ao IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38 e IFRS 7 / CPC 40 - “Instrumentos Financeiros”;
- (iv) Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros;
- (v) Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 (R2) “Arrendamentos”.

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

3.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez em exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021:

- (i) Classificação de passivos entre circulante e não circulante: alterações ao IAS 1 / CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”;
- (ii) Ganhos com a venda de estoques produzidos enquanto o ativo não está pronto para uso: alterações ao IAS 16 / CPC 27 “Ativo imobilizado”;

- (iii) Adoção inicial do IFRS em subsidiárias: alterações ao IFRS 1 / CPC 37 “Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade”;
- (iv) Custos de empréstimos no teste de desreconhecimento de passivos financeiros: alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”;
- (v) Incentivos em arrendamentos: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”
- (vi) Custo no cumprimento de contratos onerosos: alterações ao IAS 37 / CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”;
- (vii) Concessões relacionadas ao COVID-19: alterações ao IFRS 17 “Contratos de seguro”;
- (viii) Reforma das IBORs: alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”, IAS 39 / CPC 38 “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração, IFRS 7 / CPC 40 “Instrumentos financeiros: evidênciação”, IFRS 4 / CPC 11 “Contratos de seguro” e IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”.

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2021.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

- (i) Contas a receber de clientes (Nota 9)
- (ii) Imobilizado (Nota 12)
- (iii) Intangível (Nota 13)
- (iv) Provisão de ressarcimento (Nota 15)
- (v) Provisões (Nota 16).

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito; (b) risco de liquidez; (c) risco regulatório.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas seguem a Política Financeira Votorantim, aprovada pelo Conselho de Administração da Votorantim S.A. (“VSA”), controladora da VGE, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's.

O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração da VSA.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 7. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira Votorantim, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos (i)	6.347	15.979	123.250		145.576
Partes relacionadas	5		16.970		17.032
	<u>6.347</u>	<u>15.979</u>	<u>123.250</u>		<u>145.576</u>
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos (i)	5.987	14.733	118.096		138.816
Fornecedores	20				20
	<u>6.007</u>	<u>14.733</u>	<u>118.096</u>		<u>138.836</u>
	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos (i)	105.353	203.399	296.532	578.697	1.183.981
Fornecedores	3.413				3.413
Partes relacionadas	62		16.970		17.032
	<u>108.828</u>	<u>203.399</u>	<u>313.502</u>	<u>578.697</u>	<u>1.204.426</u>
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos (i)	115.575	222.087	309.361	686.509	1.333.532
Fornecedores	4.134				4.134
Partes relacionadas	913				913
	<u>120.622</u>	<u>222.087</u>	<u>309.361</u>	<u>686.509</u>	<u>1.338.579</u>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

5.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Ativos financeiros - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Passivos financeiros - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e passivos financeiros divulgados ao valor justo foram classificados nos níveis 1 e 2. Vide classificação a seguir:

		Controladora					
		Valor justo medido com base em					
	Nota	Nível 1		Nível 2		Valor contábil	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativos							
Equivalentes de caixa	8	1.644	6.125			1.644	6.125
		<u>1.644</u>	<u>6.125</u>			<u>1.644</u>	<u>6.125</u>
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	14			121.311	104.821	116.534	111.227
				<u>121.311</u>	<u>104.821</u>	<u>116.534</u>	<u>111.227</u>

		Consolidado					
		Valor justo medido com base em					
	Nota	Nível 1		Nível 2		Valor contábil	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativos							
Equivalentes de caixa	8	82.572	45.932			82.572	45.932
Fundo de Liquidez - conta reserva	8.1	29.677	37.123			29.677	37.123
		<u>112.249</u>	<u>83.055</u>			<u>112.249</u>	<u>83.055</u>
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	14			846.631	873.165	832.865	880.017
				<u>846.631</u>	<u>873.165</u>	<u>832.865</u>	<u>880.017</u>

5.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e empréstimos e financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2020 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2020, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2021;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2020;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2020.

					Controladora				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Equivalentes de caixa	Empréstimos e financiamentos (i)	Unidade	Choque nas curvas de 2020	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 1,90%	1.644		BRL mil	1 bps*		(8)	(16)	8	16
IPCA 4,31%		117.588	BRL mil	-24 bps*	952	1.267	2.534	(1.267)	(2.534)
					Consolidado				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Equivalentes de caixa e conta reserva	Empréstimos e financiamentos (i)	Unidade	Choque nas curvas de 2020	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 1,90%	112.249		BRL mil	1 bps*	6	(533)	(1.066)	533	1.066
IPCA 4,31%		117.588	BRL mil	-36 bps*	952	1.267	2.534	(1.267)	(2.534)
TJLP 4,55%		734.502	BRL mil	-81 bps*	2.644	8.355	16.710	(8.355)	(16.710)

(i) Valores não contemplam custos de captação.

*basis points

6 Instrumentos financeiros por categoria**Política contábil**

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determinam a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo o objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo o objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes	9			34.608	37.313
Partes relacionadas	10	14.961		15.590	
		<u>14.961</u>		<u>50.198</u>	<u>37.313</u>
Ao valor justo por meio de resultado					
Equivalentes de caixa	8	1.644	6.125	82.572	45.932
Fundo de liquidez - conta reserva	8.1			29.677	37.123
		<u>1.644</u>	<u>6.125</u>	<u>112.249</u>	<u>83.055</u>
Passivos					
Ao custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	14	116.534	111.227	832.865	880.017
Fornecedores			20	3.413	4.134
Partes relacionadas	10	16.975		17.032	913
		<u>133.509</u>	<u>111.247</u>	<u>853.310</u>	<u>885.064</u>

7 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Controladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	2020	2019	2020	2019
AAA	1.755	6.148	121.610	79.492
AA+			11	18
AA	1	1	11	19
AA-				8.371
Sem rating	5	5	5	5
	<u>1.761</u>	<u>6.154</u>	<u>121.638</u>	<u>87.905</u>

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura das mesmas.

8 Caixa e equivalentes de caixa e conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração entre 96,50% e 133,09% do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Moeda nacional				
Depósitos bancários a vista	117	29	9.389	4.850
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	1.644	6.125	58.130	45.932
Quotas de fundo de investimento			24.442	
	<u>1.761</u>	<u>6.154</u>	<u>91.961</u>	<u>50.782</u>

8.1 Fundo de liquidez – Conta reserva

Política contábil

São os depósitos bancários feitos em contas com restrição de movimentação por força de cláusula contratual de financiamentos, sem liquidez imediata, classificados no ativo não circulante.

Os empréstimos e financiamentos das controladas da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total de caixa restrito em contas reserva é de R\$ 29.677 (R\$ 37.123 em 31 de dezembro de 2019).

9 Contas a receber de clientes**Política contábil**

Correspondem aos valores originados pela transação vinda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

As controladas da Companhia não possuem histórico de perdas de contas a receber de clientes e por esse motivo, não há indícios de perdas estimadas de crédito para as contas a receber de clientes, conforme estabelecido pelo IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

(a) Composição

	Nota	Consolidado	
		2020	2019
ACR			
Leilão de Energia Nova (LEN)		21.311	22.353
		21.311	22.353
ACL			
Partes relacionadas	10	1.416	1.825
Camara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)		11.881	13.135
		13.297	14.960
		34.608	37.313

Contas a receber ACR: representados por conta a receber de distribuidoras no âmbito de contratos firmados conforme participação em leilões. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários.

Contas a receber ACL: representados por conta a receber de contratos de operações de venda de energia, em ambiente de contratação livre.

Contabilização CCEE: o saldo a receber decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"), podendo representar valor a receber ou a pagar.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia no ambiente de comercialização livre e regulado, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

(b) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado	
	2020	2019
A vencer	22.727	24.012
Vencidos até 3 meses	1.600	13.301
Vencidos acima de 12 meses	10.281	
	34.608	37.313

10 Partes relacionadas**Política contábil**

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, principalmente comercialização de energia.

(a) Controladora

	Dividendos a receber		Ativos circulante e	Dividendos a pagar		Passivos circulante
	2020	2019	não circulante	2020	2019	e não circulante
	2020	2019	2020	2020	2019	2020
Controladas						
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	972	2.029				
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	1.434	1.837				
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	689	1.922				
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	983	2.064				
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	1.125	409				
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	905	5.295				
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.	952	536				
Coligadas						
Citrosuco S.A. Agroindústria			14.961			16.970
Votorantim S.A.						5
Controladora						
VTRM Energia Participações S.A.				16.682	13.442	
	<u>7.060</u>	<u>14.092</u>	<u>14.961</u>	<u>16.682</u>	<u>13.442</u>	<u>16.975</u>

(b) Consolidado

	Contas a receber de clientes (Nota 9)		Ativos circulante e não circulante		Fornecedores		Dividendos a pagar		Passivo não circulante		Vendas (Nota 18)		Compras	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Coligadas														
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	829	1.825				913					26.043	19.463	371	2.620
Citrosuco S.A. Agroindústria	587		14.961						16.970		4.144			
Votorantim S.A.					62									
Controladora														
VTRM Energia Participações S.A.							16.682	13.442						
	<u>1.416</u>	<u>1.825</u>	<u>14.961</u>		<u>62</u>	<u>913</u>	<u>16.682</u>	<u>13.442</u>	<u>16.970</u>		<u>30.187</u>	<u>19.463</u>	<u>371</u>	<u>2.620</u>

11 Investimentos

Política contábil

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

Para ser classificada como entidade controlada em conjunto, deve existir acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

(a) Composição

								Controladora
Informações em 31 de dezembro de 2020					Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2020	2019	2020	2019
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A (i)	62.929	4.092	84,96%	84,96%	4.092	1.187	62.929	59.809
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A	67.246	6.036	100,00%	100,00%	6.036	3.524	67.246	62.644
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A	62.600	2.900	100,00%	100,00%	2.900	1.220	62.600	60.390
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A	63.454	4.140	100,00%	100,00%	4.140	421	63.454	60.297
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A (i)	63.456	4.731	77,36%	77,36%	4.731	1.725	63.456	59.849
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A	63.631	3.812	100,00%	100,00%	3.812	1.241	63.631	60.724
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A	65.091	4.010	100,00%	100,00%	4.010	2.257	65.091	62.031
					<u>29.721</u>	<u>11.575</u>	<u>448.407</u>	<u>425.744</u>

(i) O cálculo do investimento considera o percentual de 100% de participação societária, conforme descrito na Nota 1.1 (b).

(b) Movimentação

	Controladora	
	2020	2019
Saldo inicial do exercício	425.744	438.328
Equivalência patrimonial	29.722	11.575
Dividendos adicionais deliberados		(22.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	(7.059)	(2.749)
Aumento de capital social - Ventos de Santo Agostinho		600
Outros		(10)
Saldo no final do exercício	448.407	425.744

12 Imobilizado**Política contábil**

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

A controladas da Companhia reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 16 (a) – Obrigações com desmobilização de ativos).

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

As taxas de depreciações utilizadas nas controladas da Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. As controladas da Companhia não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

								Consolidado	
	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	2020	2019	
Saldo no início do exercício									
Custo	1.095.381	119.080	20.877	309	117	483	1.236.247	1.233.062	
Depreciação acumulada	(116.498)	(8.686)	(1.318)	(148)	(18)		(126.668)	(69.638)	
Saldo líquido	978.883	110.394	19.559	161	99	483	1.109.579	1.163.424	
Adições	496					591	1.087	3.185	
Baixas		(45)			(6)		(51)		
Depreciação	(52.515)	(3.977)	(633)	(44)	(1)		(57.170)	(57.030)	
Transferências	165	318				(483)			
Saldo no final do exercício	927.029	106.690	18.926	117	92	591	1.053.445	1.109.579	
Custo	1.096.042	119.353	20.877	309	111	591	1.237.283	1.236.247	
Depreciação acumulada	(169.013)	(12.663)	(1.951)	(192)	(19)		(183.838)	(126.668)	
Saldo no final do exercício	927.029	106.690	18.926	117	92	591	1.053.445	1.109.579	
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	3	3	14	1				

13 Intangível**Política contábil****Direitos sobre recursos naturais**

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis.

Após o início da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

(a) Composição e movimentação

	Direitos sobre uso de software	Direito de exploração	Consolidado	
			2020	2019
Saldo no início do exercício				
Custo	91	44.761	44.852	44.761
Amortização acumulada	(5)	(4.903)	(4.908)	(3.623)
Saldo líquido	86	39.858	39.944	41.138
Adições				91
Amortização	(18)	(1.279)	(1.297)	(1.285)
Saldo no final do exercício	68	38.579	38.647	39.944
Custo	91	44.761	44.852	44.852
Amortização acumulada	(23)	(6.182)	(6.205)	(4.908)
Saldo no final do exercício	68	38.579	38.647	39.944
Taxas média de amortização - %	20	3		

14 Empréstimos e financiamentos**Política contábil**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante		Não circulante		Cont roladora	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Moeda nacional							
Debêntures	IPCA + 5,47%	3.105	2.937	113.429	108.290	116.534	111.227
		<u>3.105</u>	<u>2.937</u>	<u>113.429</u>	<u>108.290</u>	<u>116.534</u>	<u>111.227</u>

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante		Não circulante		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Moeda nacional							
BNDES	TJLP + 2,16%	54.991	55.263	661.340	713.527	716.331	768.790
Debêntures	IPCA + 5,47%	3.105	2.937	113.429	108.290	116.534	111.227
		<u>58.096</u>	<u>58.200</u>	<u>774.769</u>	<u>821.817</u>	<u>832.865</u>	<u>880.017</u>

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(b) Perfil de vencimento

Modalidade	Cont roladora				Total
	2021	2022	2023	2024	
Moeda nacional					
Debêntures	3.105			113.429	116.534
	<u>3.105</u>			<u>113.429</u>	<u>116.534</u>
	3%			97%	100%

Modalidade	Consolidado									Total
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	A partir de 2029	
Moeda nacional										
BNDES	54.991	52.907	52.907	52.907	52.907	52.907	52.907	52.907	290.991	716.331
Debêntures	3.105			113.429						116.534
	<u>58.096</u>	<u>52.907</u>	<u>52.907</u>	<u>166.336</u>	<u>52.907</u>	<u>52.907</u>	<u>52.907</u>	<u>52.907</u>	<u>290.991</u>	<u>832.865</u>
	7%	7%	7%	20%	6%	6%	6%	6%	35%	100%

(c) Movimentação

	Cont roladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial do exercício	111.228	106.794	880.017	926.915
Captações			747	
Provisões de juros	10.969	10.254	62.789	75.329
Adições dos custos de captações			(14)	
Apropriação dos custos de captações	301	58	1.647	1.372
Juros pagos	(5.964)	(5.878)	(58.095)	(69.076)
Liquidações			(54.226)	(54.523)
Saldo final do exercício	<u>116.534</u>	<u>111.228</u>	<u>832.865</u>	<u>880.017</u>

(d) Garantias

Modalidade	Garantia
BNDES	Garantia Votorantim S.A. ⁽ⁱ⁾ e Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Debêntures	Garantia Votorantim S.A.

(i) Garantias serão liberadas após o cumprimento de determinadas obrigações previstas nos contratos.

(e) Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*). Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme último período de apuração.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2020, as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras foram adequadamente atendidas.

15 Provisão de ressarcimento**Política contábil**

A conta de provisão de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia - ACR”. A Administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos LEN: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros ocorrem em parcela única no segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano de atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos LEN: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em parcela única,

a partir do mês de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE. Não há acerto financeiro quadriênio para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) Composição

	Consolidado	
	2020	2019
Provisão de ressarcimento anual	409	310
Provisão de ressarcimento quadriênio	28.846	14.443
	<u>29.255</u>	<u>14.753</u>

(d) Movimentação

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	14.753	
Adições	14.502	14.753
Saldo no final do exercício	<u>29.255</u>	<u>14.753</u>
Circulante	409	310
Não Circulante	28.846	14.443
	<u>29.255</u>	<u>14.753</u>

16 Provisões**(a) Obrigações com desmobilização de ativos****Política contábil**

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões.

As controladas da Companhia reconhecem obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado. Estas estimativas são revisadas anualmente pelas controladas da Companhia.

	Desmobilização de ativos	Compensação Ambiental	Consolidado	
			2020	2019
Saldo no início do exercício	26.133	6.052	32.185	30.286
Ajuste a valor presente	2.001		2.001	1.899
Saldo no final do exercício	<u>28.134</u>	<u>6.052</u>	<u>34.186</u>	<u>32.185</u>

(b) Provisões de natureza tributária, cível, trabalhista, ambiental e ações judiciais

São reconhecidas quando: (i) há obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões em relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Em 31 de dezembro de 2020, as controladas da Companhia possuem apenas processos de natureza ambiental e tributária com prognósticos de perda possível.

	Consolidado	
	2020	2019
Ambiental (i)	2.725	2.658
Tributário	184	
	<u>2.909</u>	<u>2.658</u>

(i) Em 8 de novembro de 2019, a controlada Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A. foi notificada da lavratura de dois autos de infração pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Piauí - SEMAR/PI em decorrência de (i) suposto descumprimento de condicionante de licença de operação por alegada suposta provocação de efeitos estroboscópicos em residência no entorno do empreendimento e (ii) suposta elaboração de relatórios omissos de monitoramento de ruídos e efeito estroboscópico. Em 27 de novembro de 2019, a controlada apresentou impugnações aos autos de infração que, atualmente, aguardam julgamento em 1ª instância administrativa.

17 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 278.467, composto por 278.465.920 ações ordinárias e sem valor nominal.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 2020, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos obrigatórios mínimos, no montante de R\$ 4.623, reconhecido em dividendos a pagar.

(d) Dividendos por ação

	2020
Lucro líquido do exercício	19.463
Reserva legal - 5%	(973)
Base de cálculo dos dividendos	18.490
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	4.622
Total dos dividendos propostos	4.622
Quantidade de ações, em milhares	278.466
Dividendos por ação em reais	0,0166

18 Receita**Política contábil**

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia elétrica

As operações de venda de energia realizadas pelas controladas da Companhia são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

		Consolidado	
	Nota	2020	2019
Receita bruta na venda de energia			
ACR			
Leilão de Energia Nova (LEN)		192.061	182.872
Provisão de ressarcimento	15 (d)	(14.502)	(14.753)
		<u>177.559</u>	<u>168.119</u>
ACL			
Partes relacionadas	10 (b)	20.560	19.463
Camara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)		793	145
		<u>21.353</u>	<u>19.608</u>
		<u>198.912</u>	<u>187.727</u>
Venda de energia			
Deduções sobre a venda de energia elétrica			
Impostos sobre vendas		(9.471)	(8.398)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(630)	(632)
		<u>(10.101)</u>	<u>(9.030)</u>
Receita líquida		<u>188.811</u>	<u>178.697</u>

As receitas das controladas da Companhia são em sua totalidade em reais e dentro do mercado interno brasileiro.

19 Abertura do resultado por natureza

	Controladora	
	Despesas gerais e administrativas	
	2020	2019
Impostos, taxas e contribuições	85	
Serviços de terceiros	99	137
Materiais	5	7
Outras	9	32
	<u>198</u>	<u>176</u>

	Consolidado					
	Custo da geração de energia	Despesas gerais e administrativas	2020	Custo da geração de energia	Despesas gerais e administrativas	2019
Depreciação e amortização	58.278	189	58.467	57.660	655	58.315
Serviços de operação e manutenção (O&M)	19.158		19.158	17.448		17.448
Custo de manutenção e de transmissão	8.029	829	8.858	7.367	607	7.974
Aluguéis e arrendamentos	3.137	29	3.166	2.826	10	2.836
Custo com suprimento de energia	4.649		4.649	2.782		2.782
Serviços de terceiros	507	2.691	3.198	1.570	1.908	3.478
Seguros	191	1.011	1.202	190	1.080	1.270
Materiais	57	80	137	66	258	324
Outras despesas	510	123	633	125	279	404
	<u>94.516</u>	<u>4.952</u>	<u>99.468</u>	<u>90.034</u>	<u>4.797</u>	<u>94.831</u>

20 Resultado financeiro líquido**Política contábil****Receitas (despesas) financeiras**

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e financiamentos e sobre aplicações financeiras, apropriação de custos de captação, ajuste a valor presente de desmobilização de ativos e outras receitas e despesas financeiras que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	90	78	2.192	4.343
Outras receitas financeiras	3.133		3.144	32
	3.223	78	5.336	4.375
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.969)	(10.254)	(62.789)	(75.329)
Apropriação de custos de captação	(301)	(58)	(1.647)	(1.372)
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos			(2.001)	(1.899)
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas	(1.208)		(1.208)	
Outras despesas financeiras	(152)	(60)	(471)	(1.413)
	(12.630)	(10.372)	(68.116)	(80.013)
	(9.407)	(10.294)	(62.780)	(75.638)

21 Imposto de renda e contribuição social**Política contábil**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Em 2020, a Companhia constituiu imposto de renda diferido passivo sobre o ajuste a valor presente ("AVP") de ativos e passivos financeiros relacionados à operação de alienação de participação em investidas, mencionados na nota 1.1 (b), no montante de R\$ 654.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, reconheceram como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 7.316 (R\$ 7.623 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

22 Seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.